

1 – ‘Não é Só A Economia, Estúpido’¹: Uma Abordagem Analítica do PCC Através do Eixo Prisional-Construtivo-Ideológico

'It's not Just the Economy, Stupid': An Analytical Approach to the PCC Through the Prison-Constructive-Ideological Axis

Camila Nunes Dias²

RESUMO

O objetivo do texto é apresentar uma análise da rede criminal constituída a partir do pertencimento ao PCC, compreendendo os mecanismos através dos quais ela se constrói, se expande, se fortalece; descrever os recursos que fluem entre os atores que dela fazem parte, delineando a obtenção do capital social de seus membros e a sua operacionalização; verificar se e em que medida, há alguma especificidade no que diz respeito ao pertencimento ao PCC e que possa explicar a extensão, a densidade, a regularidade, a estabilidade e a complexidade da rede que se conforma em torno e a partir dos *irmãos*. Consideramos que a rede criminal constituída em torno do PCC é composta de dois núcleos fundamentais: um deles em que predominam os fluxos econômicos, constituídos através dos mercados ilícitos, especialmente, do tráfico de drogas e que tem no território de fronteira um lócus estratégico e fundamental de ancoragem e que aqui denominamos Eixo Fronteira-Comercial-Econômica (Eixo FCE); o segundo núcleo envolve a produção e reprodução das redes através das prisões, onde os conectores desses laços assumem uma dimensão fortemente ideológica em que o amálgama que vincula os indivíduos entre si estão diretamente relacionados aos valores, crenças, práticas e experiências compartilhadas, a experiência do encarceramento em particular e dependem de laços fortes calcados na confiança, na lealdade e da centralidade do pertencimento ao coletivo e

¹ A frase “É a economia, estúpido” foi criada em 1992, pela campanha do então candidato à presidência dos Estados Unidos, Bill Clinton, e ficou conhecida por designar a centralidade das questões de natureza econômica no processo eleitoral.

² Professora Associada da Universidade Federal do ABC (UFABC), coordenadora do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU), pesquisadora do CNPq e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Violência, Poder e Segurança Pública (INCT – INVIPS), pesquisadora associada ao IPEA e ao CEFANELA (Centro de Estudos da Favela – Cepid/Fapesp), pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, ambos da UFABC.

que aqui chamamos de Eixo Prisional-Construtivo-Ideológico (Eixo PCI). A fronteira e a prisão constituiriam dois pontos de densa concentração das redes nos quais os recursos que permitem o estabelecimento das conexões entre esses nós são, respectivamente, econômicos e ideológicos. Trata-se de eixos complementares na conformação da atuação das redes prisionais-criminais como o PCC que, atualmente, são atores protagonistas das dinâmicas criminais no Brasil. Contudo, neste texto, focalizaremos a análise apenas no Eixo Prisional-Construtivo-Ideológico, analisando mecanismos, procedimentos, práticas e normas que consideramos essenciais para compreender a atuação deste grupo e o fenômeno em sua forma mais geral que, atualmente, caracteriza a configuração do crime no Brasil. Compreender a dinâmica do Eixo Prisional-Construtivo-Ideológico permite delinear singularidades do PCC que podem ajudar a explicar o seu crescimento, resiliência, relativa coesão e estabilidade nestes trinta anos de existência, bem como a posição relevante que assumiu no mercado criminal. O argumento que será aqui apresentado é que o vínculo com a prisão representa a um só tempo, a potência e o limite da expansão do PCC e a expansão econômica alcançada na última década, paradoxalmente, tensiona as relações sociais e o equilíbrio que está na base da existência do PCC e que envolve o precário balanço entre interesses pessoais e interesses coletivos, elementos econômicos e ideológicos, vínculos internos fortes e vínculos externos fracos.

Palavras-chave: PCC; rede criminal; prisão; dinâmica criminal; mercados ilícitos.

ABSTRACT

The objective of this text is to present an analysis of the criminal network formed by membership in the PCC, understanding the mechanisms through which it is constructed, expanded, and strengthened; to describe the resources that flow among the actors that are part of it, outlining the acquisition of social capital by its members and its operationalization; to verify whether and to what extent there is any specificity with regard to membership in the PCC that can explain the extension, density, regularity, stability, and complexity of the network that is formed around and from the “PCC’s brothers”. We consider that the criminal network formed around the PCC is composed of two fundamental cores: one in which economic flows predominate, formed through illicit markets, especially drug trafficking, and which has a strategic and fundamental locus of anchorage in the border territory, which we call here the Border-Commercial-Economic Axis (FCE Axis); The second core involves the production and

reproduction of networks through prisons, where the connectors of these ties assume a strongly ideological dimension in which the amalgam that links individuals to each other is directly related to shared values, beliefs, practices and experiences, the experience of incarceration in particular, and depends on strong ties based on trust, loyalty and the centrality of belonging to the collective, which we call here the Prison-Constructive-Ideological Axis (PCI Axis). The border and the prison would constitute two points of dense concentration of networks in which the resources that allow the establishment of connections between these nodes are, respectively, economic and ideological. These are complementary axes in the formation of the actions of prison-criminal networks such as the PCC, which are currently leading actors in criminal dynamics in Brazil. However, in this text, we will focus our analysis solely on the Prison-Constructive-Ideological Axis, analyzing mechanisms, procedures, practices, and norms that we consider essential to understanding the actions of this group and the phenomenon in its most general form that currently characterizes the configuration of crime in Brazil. Understanding the dynamics of the Prison-Constructive-Ideological Axis allows us to outline singularities of the PCC that can help explain its growth, resilience, relative cohesion, and stability in these thirty years of existence, as well as the important position it has assumed in the criminal market. The argument that will be presented here is that the link with prison represents, at the same time, the power and the limit of the expansion of the PCC and the economic expansion achieved in the last decade, paradoxically, strains social relations and the balance that underlies the existence of the PCC and that involves the precarious balance between personal interests and collective interests, economic and ideological elements, strong internal ties and weak external ties.

Keywords: PCC; criminal network; prison; criminal dynamics; illicit markets.

1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida para a construção deste texto foi a articulação de informações, dados e conhecimentos acumulados em trabalhos realizados nos últimos vinte anos e que versam sobre as dinâmicas criminais dentro e fora das instituições prisionais, cujo protagonismo tem sido assumido por grupos de presos denominados “facções” (Paiva, 2019a) ou crime organizado (Adorno; Salla, 2007; Muniz; Dias, 2022), com destaque para o Primeiro Comando da Capital (PCC), considerado o mais estruturado e organizado desses grupos. Através de um amplo corpus de dados empíricos,

análises e reflexões teóricas foi possível avançar na compreensão dos processos e mecanismos através dos quais se constituiu e opera uma rede que envolve as prisões e as dinâmicas criminais, especialmente, os mercados ilegais que envolvem o comércio de maconha e cocaína e cujo desenvolvimento apresenta um caráter nacional e internacional (Dias; Dias, 2021; Dias, 2020).

A fronteira e a prisão constituiriam dois pontos de densa concentração das redes e, igualmente, dois lócus onde os recursos que permitem o estabelecimento das conexões entre esses nós são, respectivamente, econômicos e ideológicos (Paiva, 2019b; Dias; Paiva, 2022). A análise das configurações sociais que conformam cada um desses territórios permite compreender as duas dimensões que, articuladas, conferem ao grupo Primeiro Comando da Capital (PCC) singularidades que podem ajudar a explicar o seu crescimento e a sua estabilidade, articulando a narrativa da luta contra a opressão por aqueles que compartilham a experiência do encarceramento em termos de uma narrativa ideológica que constrói laços fortes entre os irmãos no espaço prisional; ao mesmo tempo, nos territórios fronteiriços, os interesses econômicos produzem a criação de relações e de laços fracos com uma multiplicidade de atores, criminais ou não, com os quais o PCC passa a estabelecer vínculos econômicos e passa a assumir maior centralidade nas dinâmicas locais (Dias; Paiva, 2022). Dadas as características de cada uma das redes observada em cada um desses dois lócus, neste texto propomos denominá-los, respectivamente, *Eixo fronteiro-expansivo-econômico (Eixo FEC)* e *Eixo prisional-construtivo-ideológico (Eixo PCI)*. A análise proposta neste texto parte da premissa da existência e centralidade desses dois eixos e de sua conexão intrínseca para compreender a posição do PCC no comércio ilícito global de cocaína, mas, será focalizada em apenas um deles, o *Eixo PCI*.

A construção do recorte analítico em torno do *Eixo PCI*, com o foco no pertencimento ao PCC, não significa que outros atores – criminais, institucionais, públicos ou privados – serão desconsiderados. Trata-se de compreender o capital social agregado à rede tecida em torno do pertencimento ao PCC, assim como compreender a extensão, densidade e força desses laços com outros atores. Pretendeu-se exatamente considerar o conjunto de relações que interliga esses diversos atores entre si, identificar as regularidades e os fluxos de recursos que perpassam essas relações (PORTUGAL, 2007) tomando como referência analítica primária o pertencimento ao PCC e compreender como a singularidade dessa rede

situada no universo prisional conferiu a potencialidade de crescimento, fortalecimento e resiliência desse grupo ao longo desses últimos trinta anos.

Neste sentido, argumentamos que o vínculo com a prisão representa a força e o limite de expansão, além de dinâmicas fortalecidas pela sua própria expansão e que são, paradoxalmente, produtoras de conflitos potenciais como os interesses pessoais e os interesses coletivos, os econômicos e ideológicos, vínculos internos fortes e vínculos externos fracos.

As reflexões apresentadas foram elaboradas a partir da coleta e análise de extensivo material bibliográfico, documental (imprensa, processos judiciais, inquéritos policiais e denúncias do Ministério Público, relatórios e depoimentos em Comissões Parlamentares de Inquéritos), comunicações produzidas entre os indivíduos que pertencem às redes criminais analisadas (salves, estatutos, cartilhas etc.) e entrevistas realizadas com atores que têm ligações variadas com as dinâmicas que são objeto de reflexão neste trabalho: agentes públicos (policiais, promotores, agentes penitenciários, juízes), indivíduos vinculados às redes prisionais e/ou criminais e moradores das cidades afetadas por essas dinâmicas.

Através da abordagem proposta neste texto, pretende-se contribuir para reduzir as lacunas na compreensão da centralidade que o PCC assumiu ao longo das últimas décadas, situando as limitações analíticas e políticas de ações de enfrentamento a esse grupo que focam quase que exclusivamente nos aspectos econômicos e comerciais das suas atividades, muitas vezes negligenciado a relevância dos elementos presentes no *Eixo PCI*. Temos observado como as medidas políticas e legislativas adotadas tem se mostrado incapazes de afetar a capacidade de reconstrução organizacional-estrutural, de adaptação e resiliência do PCC, da mesma forma que as perspectivas analíticas acadêmicas que apostam numa análise unidimensional, de caráter econômico, encontram limites para explicar a contínua expansão e desenvolvimento do PCC.

2. A CONFORMAÇÃO DO PCC ATRAVÉS DO EIXO PRISIONAL-CONSTRUTIVO-IDEOLÓGICO

Para situar a natureza dos laços que se constituem na prisão e das redes sociais que se constroem nesses espaços, em primeiro lugar é necessário compreender a condição imposta ao indivíduo na prisão,

na condição de encarcerado. A imposição de uma convivência longa a um conjunto de indivíduos em condições de tortura como apresentam as prisões brasileiras, parece se constituir como amálgama primário na conformação dos laços que colocam em relação os *irmãos* (e os demais presos): a experiência do encarceramento como vivência da opressão e violência estatal e da ausência de justiça ou de quaisquer direitos experimentada no próprio corpo. Este é o elemento básico de identificação e que está na raiz e na base da produção desta rede, fonte importante de vínculo, pertencimento e atribuição de sentido para indivíduos inseridos num contexto como o da prisão (Dias, 2013; Shimizu, 2011).

A criação do PCC em São Paulo ocorreu num contexto histórico marcado pelo aumento do encarceramento e intensificação da violência perpetrada pelo Estado dentro das prisões. Desta forma, não se dá por acaso a emergência de um grupo que se apoia fortemente num discurso ideológico de denúncia da opressão e das injustiças do Estado em relação à população carcerária, que clama por união dos presos como forma de se contrapor ao Estado injusto e opressor. Portanto, na origem da criação desta rede – considerando aqui, preliminarmente, o PCC como uma rede criminal caracterizada por laços fortes – localizamos uma base inteiramente ideológica e que permitiu tecer as ligaduras primárias entre os atores que a constituíram. Esse arcabouço ideológico não poderia ter terreno mais fértil para ser cultivado do que nas prisões (Biondi, 2010; Dias, 2013).

A compreensão do processo histórico e social no qual emerge o PCC e dos elementos ideológicos que balizam e sustentam a sua existência e sua expansão remete aos anos 80 e, especialmente, às políticas adotadas pelos governos estaduais eleitos após o fim da ditadura militar. Pode-se considerar esse período como essencial para a construção ideológica que irá dar sustentação ao PCC na década seguinte³. Ao fracasso da política de “humanização dos presídios” em São Paulo, no final da década de 1980, assistiu-se a uma política prisional centrada na repressão violenta e na intensificação da violência estatal nas prisões, culminando com o Massacre do Carandiru em 1992. Com a intensificação da violência do Estado e o concomitante processo de encarceramento massivo que

³ Esse processo foi abordado no texto Alvarez, Salla e Dias (2013).

tomava forma em São Paulo neste período, não tardou para que fossem forjadas as condições de emergência de uma forma de “representação” da população carcerária, pautada em novas bases de legitimação, de atuação e de posicionamento ideológico-político, através da criação do PCC, em agosto de 1993 (Dias, 2013; Teixeira, 2009; Adorno; Salla, 2007).

O processo social e histórico de criação do PCC já foi descrito e objeto de análise de inúmeros trabalhos acadêmicos (Dias, 2013; Teixeira, 2009; Adorno; Salla, 2007; Biondi, 2010). A compreensão sobre as formas pelas quais o grupo paulista logrou se consolidar nas prisões de São Paulo e, depois, do Brasil, transbordando para as ruas de praticamente todas as cidades e dos demais estados da federação brasileira e para outros países, não prescinde da retomada desta conformação histórica original. Isso porque, a despeito das mutações gigantescas que o PCC apresentou desde então, o elemento ideológico esteve presente como amálgama social em todo esse período, conformando comportamentos, engajamentos, atribuição de sentidos e permitindo o vínculo da experiência empírica concreta do encarceramento, com uma narrativa ideológica dotada de sentido a partir dessa vivência e que trazia uma proposta efetiva de ação que buscava não mais lutar para ter os direitos garantidos, mas, sim, lutar contra o inimigo comum da população carcerária e periférica, o Estado (Alvarez, Dias, Salla, 2013). Não se tratava mais de pensar em lutar por direitos na chave das lutas sociais dos movimentos de direitos humanos, mas, de construção de uma entidade coletiva, o Partido do Crime, que faria frente a esse inimigo através da união e coesão da população encarcerada, disputando com o Estado as lealdades e a legitimidade da proposição de uma ordem, numa configuração moldada primariamente pelo desprezo a um ordenamento político-legal-normativo que jamais havia sido concretamente experimentado por eles e que, portanto, não fazia sentido algum em sua vivência.

Todavia, se a análise histórica da criação do PCC já é bastante conhecida, menos abordados são outros processos e mecanismos que foram essenciais na construção de uma estrutura organizacional e normativa do PCC cujo funcionamento prático e concreto, ao fim e ao cabo, prescinde da existência e atuação de indivíduos específicos para funcionar (Dias; Lisboa, 2023). Há inúmeros mecanismos e processos que foram sendo desenvolvidos em distintos momentos da história do PCC que são essenciais na conformação da singularidade do PCC na dimensão de seu *Eixo PCI* e que colocam desafios muito maiores para seu enfrentamento. Dentre

esses mecanismos, neste texto abordaremos especialmente a adoção de registros escritos, a “conscientização consciente” e a dinâmica coletiva e impessoal do PCC.

2.1. Produção de Registros Escritos e Reprodutibilidade Ideológica do PCC

Uma das singularidades do PCC em relação a outros grupos criminais é a prática de produzir registros escritos, principalmente, documentos de cunho normativo, mas, também, de natureza organizacional, econômica e política. O primeiro estatuto do PCC data de 1997, ou seja, 4 anos após a sua criação o PCC já adotava a prática de produzir registros escritos como forma de orientação da conduta e da tomada de decisões de seus integrantes, apresentando de maneira clara seus objetivos e suas estratégias, bem como as normas de comportamento que deveriam ser observadas pelos seus membros (Dias, 2020).

Com o passar do tempo, o recurso à registros escritos foi ganhando força e envolvendo todo e qualquer tipo de informação tais como cadastro de novos membros batizados efetivado por um setor que hoje é chamado *Sintonia do Livro Branco*, transgressões e punições aplicadas aos *irmãos*, registrados pela *Sintonia do Livro Negro*, contabilidades, relatórios, salves, censos, enfim uma infinidade de documentos e registros escritos que tratam das mais variadas questões que dizem respeito à atuação do PCC (Dias; Lisboa, 2023).

Para além dos documentos que circulam e que são circunstanciais, fazem parte das dinâmicas e práticas cotidianas do PCC, há alguns documentos que são referenciais. O principal deles é o próprio Estatuto – espécie de documento normativo fundacional, uma espécie de Constituição Criminal do Primeiro Comando da Capital – cuja versão de 1997 foi atualizada em 2011, ano em que o PCC comemorou 18 anos. No “prólogo” que antecede a nova versão do documento é explicado que, pelo alcance da maioria, alguns ajustes precisavam ser feitos para que o estatuto estivesse em consonância com o tamanho e a extensão que o PCC havia alcançado neste período.

Além do estatuto, há pelo menos outros dois documentos basilares das narrativas, ações, práticas e decisões que são tomadas no âmbito do PCC. Um deles traz a base ideológica, ética e moral que busca conferir

legitimação às ações do PCC e é chamado de *Cartilha União e Família – para uma geração consciente* e estima-se que passou a circular pouco depois do evento de maio de 2006. Trata-se de um longo documento que recupera cada um dos elementos presentes no lema do PCC (paz, justiça, liberdade, igualdade e união), explicando o significado de cada um deles no âmbito do grupo e expõe de maneira clara e didática os objetivos do PCC, bem como a sua história, enumerando seus inimigos e seus aliados.

Outro documento basilar é o *Dicionário Disciplinar*, elaborado no formato de um dicionário, e cuja última edição que consta em nosso acervo (esse documento já sofreu várias atualizações) conta com 45 itens, cujo significado é explicado de forma objetiva. Esses itens são de natureza diversa e pode ser um comportamento errado e a punição que ele exige (Ex.: Item 3 - Ato de Esperteza; item 36 - Pederastia) ou a definição de um procedimento interno (ex.: item 10 – Condução de prazo; item 13 - Decreto). Diferente da Cartilha, trata-se de um documento menos ideológico e mais prático, cuja finalidade é orientar de forma clara e objetiva a forma de agir dos membros do PCC diante dos acontecimentos que ocorrem no seio da facção, especialmente, dos conflitos que são demandados a exercer regulação, de maneira padronizada e com procedimentos uniformes. Ao final do documento, uma observação deixa evidente o objetivo de uniformizar a capacidade de compreensão e das práticas de todos os irmãos em termos da sua atuação nos conflitos, notadamente, para a formação de novos membros do PCC – ou seja, trata-se de um mecanismo de reprodução importante, conforme discutiremos adiante.

OBS: Esse dicionário é uma ferramenta de extrema importância nas conduções e na preparação de novos líderes. Deve-se analisar com muita prudência um item antes de aplicar, pois o intuito é facilitar as conduções, deixando claro que pode haver alterações nas conduções nas aplicações dos itens, conforme análise da Sintonia.⁴

Quando o PCC se autoproclama vocalizador das demandas dos presos em face de uma realidade opressora e violadora de direitos, é a pretensão de legitimidade que está sendo levada em conta a despeito do caráter impositivo e violento ao qual se mostra disposto (Ruoti, 2016). É

⁴ Dicionário disciplinar do PCC, acervo próprio.

relevante questionar se a narrativa da facção é realmente interiorizada pelos presos ou se foi tão determinante quanto a violência física na sua fase expansionista, mas é inegável a insistência do PCC em um repertório simbólico que reveste sua existência de legitimidade e encontra ressonância na trajetória da maioria da população carcerária (Dias, 2013). Não é casuístico que o Massacre do Carandiru, em 1992, tenha ocorrido um ano antes da fundação mítica da facção ou o próprio Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, onde o PCC foi fundado, era conhecido por ser uma unidade em que os detentos estavam submetidos a castigos e torturas, sendo mencionado no *estatuto* como “campo de concentração”. Da mesma forma, o Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes onde é aplicado o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), chamado de *big-brother*, bem como os presídios federais, por vezes já foram alvo de manifestações da população carcerária, de seus advogados e familiares. Elementos como esses são explorados pelo PCC na conformação de um passado – e de um presente – comum, como fica claro em alguns trechos do primeiro *estatuto* da facção:

11. O Primeiro Comando da Capital -P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração “anexo” à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto “a Liberdade, a Justiça e a Paz”.

13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos, foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira [...]

Constata-se, deste modo, a atribuição da existência do PCC pelos próprios membros a causas que não dizem respeito à prática de crimes ou ganhos materiais imediatos, mas a uma infundável luta contra o opressor. O recurso ao simbolismo no caso do PCC pode ser encontrado em inúmeros “salves”, no mito fundador, na denominação familiar dos membros (“irmãos”) e no ritual de ingresso (“batismo”).

Todavia, para além do discurso, ações concretas legitimaram o PCC em sua trajetória. Como descrito por Jocenir (2001), que esteve preso em São Paulo no período em que a facção ainda não era hegemônica, a correlação de forças entre os presos era definida pela “lei do mais forte”, com compra de celas, abusos de poder e embates físicos provocados pelos motivos mais torpes. Desse modo, a recente pacificação das prisões é um

fenômeno reivindicado pelo PCC e amplamente atestado pelos presos. Para esse fim, foi importante a implantação dos “debates”, mecanismo que reserva aos membros do PCC o poder de autorizar mortes ou agressões, reduzindo o número de homicídios em suas áreas de influência ao romper com o ciclo vicioso de vinganças (Feltran, 2018). Além disso, como destacado em Dias (2013, p. 20) a proibição do uso de facas, prerrogativa dos *irmãos* nas prisões, indica a criação de um monopólio da força que resultou na pacificação.

A cristalização destes símbolos, desta narrativa e deste arcabouço ideológico na forma de registros escritos, garantiu a circulação ampla dessas ideias e desses ideais, abrangendo pessoas nos mais variados espaços, dentro e fora das prisões, em São Paulo e fora de São Paulo. Ao mesmo tempo, a elaboração em documentos escritos garantiu a reprodutibilidade intergeracional desta base ideológica, evitando o seu desmantelamento ou a sua transformação em decorrência da alteração dos indivíduos ocupando posições centrais na organização. Ou seja, a existência dos registros escritos produziu uma memória institucional, capaz de evitar que características pessoais de seus líderes produzissem efeitos no plano coletivo de existência e atuação do PCC e, desta forma, provocasse mudanças profundas o suficiente para alterar a unidade e a coesão incessantemente buscada no âmbito ideológico do PCC.

Há vários documentos que indicam que essas condições de reprodução normativa, também funcional do PCC – a padronização de procedimentos burocráticos e até econômicos –, não são um processo aleatório, desencadeado de maneira automática a partir do funcionamento da organização (Dias; Lisboa, 2023). Trata-se de uma dinâmica que é o produto da intencionalidade de seus atores, construída e buscada conscientemente com a finalidade de atingir os objetivos pensados para o curto, médio e longo prazo. Além dos já citados documentos referenciais em que o caráter explicitamente voltado à reprodutibilidade é expresso, o Salve da Conscientização, de 2014, é elucidativo da importância desses mecanismos.

SALVE DA CONSCIÊNCIA – XX/XX/2014

COMUNICADO DE CONSCIÊNCIA DO RESUMO DA DISCIPLINAR.
(...) O RESUMO DISCIPLINAR VEM ATRAVÉS DESTE COMUNICADO,
DEIXAR TODOS CIENTES DA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DE CADA
UM COM OS TRABALHOS DA ORGANIZAÇÃO, **TEMOS OBJETIVOS
CONSTANTES COM AS VERBAS ARRECADADAS ATRAVÉS**

DESTES TRABALHOS, ONDE ESTE DINHEIRO É REVERTIDO EM BENEFÍCIOS PARA OS MENOS FAVORECIDOS E AQUELES QUE SE ENCONTRAM NAS TRANCAS FEDERAIS E ESTADUAIS. HOJE A ORGANIZAÇÃO TRABALHA EM FORMA DE FORTALECER IRMÃOS E COMPANHEIROS QUE SOMAM CONSTANTEMENTE, ONDE FAZEMOS UMA SELEÇÃO VISANDO FORTALECER FINANCEIRAMENTE, COMO GRAVATAS, PASSAGENS PARA VISITA, CESTA BÁSICA, AGASALHOS, ASSISTÊNCIA MÉDICA, CASAS DE APOIO, MEDICAMENTOS E VELÓRIOS DAQUELES QUE VENHAM A PERDER A VIDA. TUDO ISSO SÓ OCORRE SE OS IRMÃOS E COMPANHEIROS AGIREM DE FORMA PONTUAL E RESPONSÁVEL COM OS PAGAMENTOS DAS RF, CEBOLA, 100%, BOB, ENFIM TODOS OS TRABALHOS DOS PROGRESSOS DA ORGANIZAÇÃO DENTRO E FORA DO SISTEMA. (...)
SOMOS UMA CORRENTE ONDE OS IRMÃOS FORTALECEM A ORGANIZAÇÃO PARTICIPANDO DOS TRABALHOS COM DEDICAÇÃO E RESPONSABILIDADE (...) É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA QUE OS INTEGRANTES DA ORGANIZAÇÃO DENTRO DO ESTADO ANALISEM A NECESSIDADE DOS COMPANHEIROS E DOS IRMÃOS PARA QUE POSSAMOS FORTALECER, FRISANDO SEMPRE QUE ESTE FORTALECIMENTO É FRUTO DOS TRABALHOS DA ORGANIZAÇÃO.
ESSE COMUNICADO DEVE SER PASSADO EM MÃOS PARA QUE TODOS LEIAM E REFLITAM NA IMPORTÂNCIA DA EVOLUÇÃO DISCIPLINAR E FINANCEIRA DA ORGANIZAÇÃO.
ASSINADO RESUMO DA DISCIPLINAR⁵

Esse salve, assim como os dois estatutos e a Cartilha, ressaltam o entrelaçamento fundamental existente entre os fluxos econômicos relacionados aos negócios do PCC, mas, sobretudo, aos compromissos financeiros que são cobrados dos irmãos, aos aspectos ideológicos que compõem a sua narrativa e a sua própria constituição como uma rede social articulada em laços sociais híbridos: laços fortes, ancoradas numa narrativa ideológica e a partir do compartilhamento da experiência do encarceramento e, portanto, da vinculação a um ideal coletivo que pressupõe o apoio e fortalecimento mútuo entre os irmãos; laços fracos, ancorados em interesses econômicos individuais e coletivos, baseados nas oportunidades de acessar e ingressar nos mercados ilícitos e obter vantagens financeiras. Os segundos só serão possíveis ou estáveis se os laços fortes estiverem presentes. O indivíduo que pretenda tirar proveito

⁵ Acervo documental pessoal. O texto foi mantido como no documento original, por exemplo, em caixa alta. A fim de garantir o anonimato relacionado ao documento, foram ajustados erros gramaticais presentes nos documentos reproduzidos aqui. Negritos são nossos.

das redes econômicas nas quais o PCC está inserido e não corresponder com os seus compromissos coletivos, será cobrado. Desta forma, essas duas dimensões estão presentes e são indissociáveis.

O aniversário de “nascimento” do PCC, comemorado todos os anos, no dia 31/08, é também oportunidade de celebrar a existência do grupo, as lutas heroicas e lamentar a perda dos que se foram em termos da luta coletiva em prol de um objetivo comum a todos aqueles que constituem a Família PCC. Um mecanismo social de renovação dos valores, das crenças e dos ideários coletivos que está presente em grande parte dos grupos que são construídos a partir de narrativas de origens e de objetivos de caráter míticos e que de tempos em tempos precisam ser rememorados, lembrados e reforçados. O salve do aniversário dos 24 anos do PCC é reproduzido abaixo:

Comunicado Geral – Interno e Externo 30/08/17

O Resumo Disciplinar vem através deste deixar um forte abraço a todos, e também a agradecer a todos os nossos irmãos e irmãs, os companheiros e companheiras, que se mantêm fortes na luta ao nosso lado apesar de todas as dificuldades - sempre vendo uma forma para seguir em frente. A todos aqueles que se foram, fica nossa gratidão e agradecimentos por tudo que fizeram enquanto tiveram com nós. **Foi onde nos ensinaram que a semente nunca morrerá, pois é uma corrente.**

Nesse aniversário da nossa Família PCC nos lembraremos de todos com lágrimas nos olhos, pelas perdas que jamais voltarão. Vocês também nos dão forças para continuar, e para que todo esse sacrifício não seja em vão, e vejam como que essa semente plantada no concreto, regada com muito sangue, se tornou uma árvore de muita esperança. **Nosso agradecimento a todos os nossos queridos que se foram, a todos que se encontram nas trancas federais ou estaduais, que deixaram muitas vezes de viver sua vida para mover essa família.**

- Deixamos claro que essa semente plantada não morrerá por eles, por nós, e por vocês que nos deram bons exemplos, que essa data sirva para comemorar, mas também sirva para refletir o que perdemos em prol a essa luta justa.

Que cada um de nós se faça essas perguntas:

- Quem acredita na mudança?
- O que somos?
- Quais são os nossos objetivos?
- Quais são nossas metas?

E que podemos honrar essa Família que vai comemorar mais um ano, mas que também está sentindo falta de todos que se foram. Deixamos um forte abraço a todos em nome da Família PCC e

que juntos e unidos venceremos: onde o crime fortalece o crime.
Ass.: Resumo Disciplinar⁶

A comemoração do aniversário do grupo é oportunidade de relembrar a história, o passado e, principalmente, os que foram mortos e os que se encontram presos em regimes disciplinares mais rígidos – as “trancas” federais ou estaduais – que remete justamente à cúpula do PCC, retratada no Salve a partir do sofrimento decorrente do seu engajamento em prol da luta coletiva. Trata-se, portanto, de um mecanismo importante de fortalecimento do ideário coletivo, da disposição do sacrifício do interesse individual em prol da luta coletiva justa e de um ‘chamamento’ ao compromisso de cada um, sem o qual a *Família* não consegue manter a sua estrutura funcionando e, portanto, não conseguiria honrar a memória daqueles que se sacrificaram e daqueles que ainda se sacrificam por esses ideais coletivos. Quer consideremos que seja um discurso verdadeiro ou falso – não há, aqui, quaisquer pretensões de atribuição de valores ou de julgamentos a respeito - trata-se de uma dimensão essencial para compreender o PCC e as ligaduras entre os *irmãos* que não existiriam como tais se as relações operassem apenas através dos interesses econômicos.

As estratégias utilizadas pelo PCC para o controle da população carcerária – e, portanto, na construção da ordem prisional – se alteraram substancialmente nos seus quase 30 anos de existência. Contudo, a despeito das muitas transformações ocorridas na sua estrutura e organização e do desenvolvimento de uma dimensão econômica importante, é preciso também observar que os aspectos ideológicos que produzem a identificação primária e basilar entre os indivíduos em situação de encarceramento permanecem muito fortes (Dias, 2013), alinhavados com um vasto repertório discursivo construído pelo PCC e que busca incessantemente dar legitimidade e justificar suas ações, inclusive – e, principalmente - aquelas que possuem um dimensão violenta (Ruotti, 2016).

A despeito das práticas violentas, é inarredável constatar como elementos ideológicos articulados a partir da experiência do aprisionamento forjaram a construção de vínculos entre pessoas privadas de liberdade e de uma sorte de direitos básicos são fundamentais para compreender a história do PCC, a sua solidez e resiliência. Conforme pode ser observado

⁶ Acervo documental pessoal. Idem nota 3

nos documentos, desde o estatuto de 1997 e 2011, a Cartilha de 2006 e o Salve de comemoração de aniversário de 2017, a narrativa ideológica da luta coletiva perpassa a história do PCC e é diretamente atrelado a sua capacidade de expansão e ao seu fortalecimento dentro e fora das prisões. Em todos os documentos que possuem esse caráter ideológico e normativo, a prisão é elemento central que conforma o ideário, os valores e os princípios que sustentam, legitimam e justificam o engajamento numa luta coletiva por justiça. A prisão é, portanto, o solo onde se emerge esse ideário e onde se constroem essas relações e a experiência compartilhada do encarceramento é o amálgama que produz a identificação entre esses sujeitos e os vínculos de confiança que conferem ao PCC uma posição de destaque no mundo do crime – inclusive nos mercados ilícitos⁷.

A análise do PCC através das redes sociais estabelecidas na prisão e na fronteira e conformadas a partir de elementos múltiplos e diversos que se conectam, se articulam e se complementam, implica também compreender os processos internos através dos quais o PCC obtém êxito na construção de um discurso e de práticas que garantem a manutenção dos vínculos e das lealdades que sustentam a ideia de uma coletividade criminal que se situa acima das vontades, desejos e interesses pessoais de seus membros. Trata-se de uma conjunção frágil, ambígua e tensa entre elementos dicotômicos, como o individual e o coletivo, o instrumental e o ideal, o mercado e a política, o lucro e a ideologia e que constituem a base na qual se apoia a manutenção – conquistada e mantida através um esforço claro e reiterado - de uma unidade criminal coletiva, (relativamente) coesa e integrada, com enorme capacidade de resiliência e de se fortalecer, inclusive, através das próprias ações que visam desconstruí-la.

⁷ Um caso exemplar da relevância do Eixo PCI como conformador de vínculos de confiança é o batismo e atuação do indivíduo conhecido como Capilo. A história mais completa de sua relação com PCC pode ser acessada em Manso e Dias (2018). Aqui, vale apenas mencionar que, apesar de batizado, o paraguaio Capilo não era considerado um 'de dentro do PCC' e essa foi a razão que levou o PCC à estratégia de se aproximar e ocupar a fronteira e o próprio Paraguai, buscando reduzir intermediários comerciais de maconha, cocaína e de armas. Embora se autodenominasse embaixador do PCC no Paraguai e tenha sido o primeiro paraguaio batizado no PCC, ligações telefônicas interceptadas por investigações em São Paulo revelam a falta de confiança que a cúpula do PCC mantinha em relação a ele por causa do sobrepreço que ele cobrava dos produtos que viabilizava ao grupo paulista. Portanto, tratava-se de uma relação forjada no Eixo FEC, destituída de solidez ideológica de vínculos de confiança.

2.2. Forças Aglutinadoras x Forças Fragmentadoras – Indivíduo e Coletividade no PCC⁸

Há uma vasta literatura sobre os grupos criminais que atuam no tráfico do Rio de Janeiro que apontam a importância da figura do *chefe*, atrelada a uma ideia de autonomia absoluta frente às regras e às pessoas. O chefe exerce sobre seus subordinados um poder que exige obediência cega e todo o esforço para atender sua vontade. Este poder é associado a características eminentemente pessoais e, portanto, intransferíveis (Zaluar, 2004). Da mesma forma, tratar do Cartel de Medellín é inseparável da abordagem de seu líder, o lendário traficante Pablo Escobar, odiado e amado em seu país.

Um problema chave na dinâmica de organizações, cuja razão está atrelada diretamente à dependência direta de seu dono ou do chefe, diz respeito às limitações impostas ao seu desenvolvimento e expansão. Neste sentido, a dificuldade de transferir a reputação pessoal de determinado chefe, em decorrência da sua prisão ou da sua morte, para a organização como um todo, pode ter um impacto decisivo no seu desenvolvimento, atuando como um poderoso elemento de seu enfraquecimento, fragmentação e dissolução.

Outro paradoxo relacionado à proeminência da figura do chefe para garantir a reputação de uma determinada organização criminal é apontado por Gambetta (2007, p. 117). Para o autor, o crescimento destas organizações implica a emergência de outros “chefes”, o que aumenta a possibilidade de traição e, assim, de fragmentação da empresa. No caso das empresas mafiosas, este é um dos grandes dilemas postos para a expansão das suas operações comerciais e a descentralização implicada nesta expansão, porque acaba produzindo competição dentro do próprio grupo e dissolvendo laços internos.

No caso do PCC, há muitos anos não existe a figura de um chefe, dotado de um poder absoluto e a quem todos devem obediência cega. Embora ainda existam lideranças importantes e muito respeitadas na organização, elas não são percebidas como esse “chefe”, nos termos aqui referidos. Diferentemente desta concepção, estas lideranças são

⁸ Uma parte do argumento apresentado neste item, foi apresentado antes em Dias (2013).

compreendidas como uma peça – ainda que central - na engrenagem da organização. Quanto maior essa centralidade – vinculada a posição hierárquica que ocupa – maior também é a sua responsabilidade no que diz respeito à condução de seu comportamento de acordo com a *disciplina* com a necessidade de *ser exemplo*. Ou seja, trata-se de uma figura que está ainda mais sujeita aos controles internos e à expectativa de agir em conformidade com as normas e a ética que se estabelece para todos. Não está acima de ninguém e se explicitamente demonstrar em autopercepção, haverá espaço para que seja cobrado e se volte contra ele mesmo.

Alguns dos mecanismos presentes na dinâmica do PCC, sobretudo a necessidade de os *irmãos* serem exemplos e a existência dos debates, se associam a esta concepção. De um lado, a submissão de todos – *irmãos* e *companheiros* – as mesmas regras e normas, oriundos desta entidade coletiva, o *Comando*; de outro lado, a diluição das decisões individualizadas a partir da forma como se estrutura o *debate*. No primeiro caso, a necessidade de seguir as regras e normas é maior quanto mais importante é a posição ocupada na organização. No segundo caso, o mecanismo do debate produz uma clara diluição e fragmentação dos centros decisórios, o que impede a identificação de uma fonte única de onde emana as decisões.

No caso da organização paulista a concepção segundo a qual o chefe não deve se submeter a ninguém é substituída pela ideia segundo a qual o *Comando* está acima de todos e a ele todos devem se submeter, inclusive as lideranças. A ideia de submissão ao *Comando* está relacionada à adesão a uma ideologia e ao conjunto de práticas e de comportamentos que dele emana, relacionado à valores e princípios associados à indivíduos que compartilham injustiças, sofrimentos e opressões em decorrência de compartilharem a experiência do encarceramento.

Neste sentido, a submissão está relacionada à submissão a um ideal coletivo, de uma luta contra as injustiças e as opressões perpetradas pelo Estado. Portanto, trata-se de um significado totalmente diferente daquele expresso no termo *teleguiado*, usado por Zaluar (2004) para se referir aos indivíduos submetidos ao “chefe”, tal como se daria essa submissão nas organizações criminais atuantes no Rio de Janeiro. Enquanto este último termo remete a ausência de vontade própria, submissão passiva e absoluta a um poder de cunho eminentemente pessoal, a submissão ao *Comando* diz respeito a uma adesão consciente e ativa, resultando de

um compromisso livremente assumido pelo *irmão*, através do processo de filiação, aos ideais de luta preconizados pelo discurso ideológico do PCC.

O *Comando* é um ente coletivo que está acima de quaisquer individualidades e aos *irmãos* cabe seguir a sua *disciplina* e obedecer às ordens e decisões que são proferidas a partir desta coletividade (Dias; Lisboa, 2023). Neste sentido, essa superioridade do *Comando* implica que a submissão dos *irmãos* a essas determinações deve ocorrer em detrimento de quaisquer outras relações, de cunho profissional, afetivo, familiar ou pessoal. Este aspecto é, inclusive, um argumento mobilizado com muita frequência pelos presos que, embora convivam nas *cadeias do PCC*, não tenham interesse ou desejo de se tornar um *irmão*. Segundo eles, os membros do PCC têm um compromisso que os ocupa todo o tempo de sua vida, na cadeia ou na rua e que deve se sobrepor a tudo e a todos, inclusive aos seus amigos e familiares. Uma frase proferida com frequência era: “imagina, você está com sua família, numa festa e toca o telefone e alguém te diz que você precisa sair imediatamente para participar do resgate de alguém”. A supremacia do compromisso com o *Comando* diante das demais relações sociais estabelecidas pelos *irmãos* podem implicar, ainda, o desencadeamento de conflitos e fraturas intrafamiliares em que a morte de um familiar por outro não está descartada se esta punição for decidida no âmbito do *Comando*, através do *debate* (Dias; Lisboa, 2023).

Para além destas implicações diretas e, até certo ponto, paradoxais, é preciso notar que essa despersonalização ou desindividualização do PCC tem importantes consequências para o seu desenvolvimento. Como foi mencionado antes, um problema que se coloca para a expansão de organizações criminais, tanto para as máfias, carteis ou para o PCC, é a possibilidade iminente de fragmentação e descentralização nos casos em que a reputação ou a credibilidade do grupo estão vinculadas diretamente a determinados indivíduos que as compõem ou que são os seus “chefes”. Tanto no que se refere à transferência destas qualidades do indivíduo para a organização, quanto no que diz respeito ao controle de sua dinâmica a partir da sua expansão, o fato é que a estrita dependência da organização de indivíduos particulares pode se constituir como um entrave ao seu desenvolvimento e se tornar uma poderosa força fragmentadora diante de determinados contextos sociais e políticos.

Isso significa dizer que, ao manter essa relativa autonomia frente aos seus membros, o que inclui, evidentemente, a percepção de que

é portador de determinadas características que o habilitam a deter hegemonia econômica e política no “mundo do crime”, o PCC consegue obter êxito em passo fundamental para garantir que o seu processo de desenvolvimento esteja imune a alguma das forças fragmentadoras que acabam por incidir diretamente sobre estas organizações.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em linhas gerais, partimos da concepção, já bastante abordada neste campo de pesquisas, de que a prisão é lócus de construção de laços fortes primários, sustentados a partir de um repertório de discursos e de uma narrativa ideológica ancorada na denúncia contra a opressão do estado e na necessidade de união e ação coletiva entre todos aqueles que compartilham a experiência do encarceramento (Dias, 2013; 2019; Shimizu, 2011; Biondi, 2009). Compartilhar a experiência de ser aprisionado é também compartilhar uma miríade de valores, princípios éticos, moralidades que permitem assumir um determinado comportamento considerado “certo” capaz de nortear a elaboração um repertório normativo – inclusive, escrito - para orientar os novos integrantes ou os aspirantes a fazer parte desta rede a fim de homogeneizar seu comportamento e, portanto, o próprio grupo (Dias; Lisboa, 2023).

Contudo, neste texto a centralidade da prisão é apresentada não apenas em seu caráter histórico-originário ou na sua expressão mais simbólica e geral na forma de uma máquina de construção de redes criminais. Buscamos aqui avançar na reflexão sobre os efeitos teóricos, práticos e concretos destes processos na essência do PCC, na sua dimensão constitutiva, que chamamos aqui de *Eixo PCI*. Trata-se, portanto, de elemento necessário para a compreensão mais adequada das dinâmicas, processos e práticas associadas a este grupo criminal e das razões pelas quais as formas de enfrentamento adotadas pelo Estado até aqui têm se mostrado completamente ineficazes e até mesmo surtindo efeitos opostos àqueles oficialmente propalados.

A elaboração de documentação escrita no formato de Estatuto, Cartilha e Dicionário, cujo objetivo explícito é orientar a conduta dos seus integrantes, notadamente diante dos conflitos que eles são chamados a regular e das decisões que deverão proferir, é um elemento igualmente importante nesta análise das condições da longevidade do PCC em

termos da sua transmutação em entidade coletiva que não se subsume aos seus integrantes. O registro e a sistematização de orientações e as regras escritas, bem como dos processos internos e das orientações ou informações esporádicas, através dos *salves*, garante a permanência dos ideários que sustentaram a sua criação, com a renovação periódica desses valores e a tentativa de padronização ou homogeneização de suas práticas.

Essa documentação escrita permite a efetivação da *conscientização* dos novos integrantes nos valores, princípios ideológicos, na construção e reprodução da narrativa histórica heroica das lutas coletivas do passado, conectando-o ao presente. Em uma palavra, garante o processo de socialização de novos integrantes através da história do *Comando* e dos valores pelos quais muitos morreram para defender e, também, garante a transmissão de conhecimentos práticos necessários para as atribuições comerciais, de gestão e regulação que em algum momento poderão assumir, necessários à perpetuação da estruturação coletiva, mesmo com as mudanças de pessoas específicas à frente das Sintonias, missões ou funções que sejam demandados assumir⁹.

É certo, portanto, que o registro escrito é um elemento vital na produção e reprodução desta entidade coletiva a partir da qual os indivíduos que a constituem se engajam em ações e práticas que tem como base um ideal de justiça, constroem laços de lealdade, solidariedade e confiança e, por fim, se inserem em redes de comércio ilícitos a partir das quais angariam oportunidades de posicionar-se em lugares que poderão ser vantajosos do ponto de vista individual. Os registros, as práticas, a narrativa e a forma de estruturação do PCC tornam essas duas dimensões, a coletiva e a individual, indissociáveis e, ao mesmo tempo, fonte de fricções, de tensionamentos, de ambiguidades e, algumas vezes, conformando limites tênues entre eles que podem desencadear conflitos violentos¹⁰. Portanto, a conjugação destas duas dimensões também figura como potenciais fontes de desequilíbrios, fragmentação e desestabilização.

⁹ Um exemplo é a transferência da cúpula do PCC para o sistema penitenciário federal em 2019 e a manutenção de suas dinâmicas, praticamente sem alterações significativas, até o presente momento (Manso; Dias, 2018). Outro exemplo mais recente é o suposto racha no PCC divulgado na imprensa. Por enquanto, não há evidências de reconfigurações estruturais no Comando, embora haja muitos pontos de tensionamentos.

¹⁰ Um exemplo desses conflitos foi a morte de Gegê do Mangue e de Paca em 2018, até hoje não equacionada de forma efetiva no âmbito do PCC. Sobre esse evento, ver Manso e Dias (2018).

Uma forma de socialização que ocorre nas quebradas, mas, sobretudo, nas prisões e que se realiza de maneira efetiva e concreta pelos membros do PCC, através do que eles denominam de “conscientização”, seja através dos diversos documentos ou através de ‘palestras’ realizadas nas prisões e em conversas que eles mantêm regularmente com os companheiros, como uma forma de orientar o comportamento na direção do que é preconizado como certo em termos dos valores que sustentam o PCC. É chamado de ‘conscientização’ o resultado da interferência do PCC na regulação de conflitos cotidianos nas prisões, nos casos em que essa regulação se efetiva através de um diálogo em que as partes do conflito são ‘conscientizadas’, ou seja, orientadas a agir e a pensar em conformidade com as diretrizes e princípios da *Família*.

Por outro lado, o Eixo FCE remete ao espaço em que prevalecem as relações que se sustentam por interesses econômicos e que, desta forma, inserem esses indivíduos – individualmente ou como representante do coletivo, da *Família* – em redes comerciais ilícitas mais amplas, gerando oportunidades de acessar atores com proeminência local, regional ou global. No âmbito do Eixo FCE as redes que se estabelecem são complexas, envolvendo atores variados, em relação aos quais os laços que se constituem parecem ter maior ou menor força, podem ser mais estáveis e duradouros ou mais fugazes. Essa é a natureza dos mercados de uma forma geral, ancorados em interesses econômicos e não em relações de lealdades, identificação ideológica ou confiança (Lampe, 2003). Contudo, é aqui que o Eixo PCI se articula ao Eixo FCE e confere ao PCC a singularidade que lhe possibilitou alcançar as posições de centralidade nos mercados ilícitos brasileiros e um lugar relevante e estratégico nos mercados globais de cocaína. Os laços de confiança e lealdades que sustentam ao Eixo PCI são ativos extremamente raros e valiosos nas redes que operam no Eixo FCE – reside nesta conformação dupla, contraditória e, ao mesmo tempo, complementar, a essência do PCC em termos de sua singularidade criminal.

Em suma, o pertencimento ao PCC e a participação do PCC nos mercados ilícitos pode ser um fenômeno compreendido a partir da sua dupla face, fundamental para compreender a sua longevidade, a relativa coesão que ainda apresenta, a capacidade de expansão que tem demonstrado e até mesmo os conflitos que volta e meia eclodem interna ou externamente. Laços fortes para dentro; laços fracos para fora.

Vamos assumir aqui a definição – não exaustiva ou definitiva – do PCC como uma organização, com hierarquia (ainda que não de tipo piramidal), divisão de funções (expressa através das diferentes *sintonias*, ainda que elas possam ser intercambiáveis e não exclusivas), delineada através de um processo de filiação que transforma *companheiros* em *irmãos* e que é denominado *batismo* (Dias, 2013), constituindo a organização como uma espécie de fraternidade (Feltran, 2018). Os *irmãos* estão comprometidos com um amplo repertório de responsabilidades financeiras e de trabalho no âmbito dos mercados ilícitos. Além disso, pressupõe-se que eles compartilham determinados valores morais e princípios ideológicos que orientam suas práticas e que constituem o amálgama fundamental para compreender os vínculos que estabelecem entre si e que conformam a organização como tal e os procedimentos através dos quais procedem a gestão do mundo do crime. Adicionalmente, pode-se considerar o PCC através de outro prisma, como um feixe de redes entrelaçadas, superpostas e integradas e em cujo núcleo se produzem os fios que conectam os diversos atores e que permitem a tessitura das múltiplas redes. Portanto, redes múltiplas, superpostas, entrelaçadas, com liames comuns e densidades variadas. As múltiplas redes se conectam umas às outras e se conectam, de diferentes formas, com outros atores criminais ou não, estatais ou não, através de distintos tipos de vínculos e de relações econômicas ou políticas.

Partindo desta definição que considera a conformação do através destes dois eixos, que chamamos de Eixo PCI e Eixo FEC, a proposta deste texto foi contribuir para reduzir a lacuna na compreensão sobre a permanência da unidade do PCC diante de múltiplos ajustes e reconfigurações que sofreu durante as três décadas de existência tendo como recorte analítico apenas um desses Eixos, o PCI¹¹. O PCC tem

¹¹ Como já mencionamos, isso não implica, em hipótese alguma, desconsiderar a relevância e centralidade do Eixo FEC. Trata-se apenas de um recorte analítico considerando que o Eixo FEC conta com um número maior de trabalhos acadêmicos em comparação ao Eixo PCI. Não é demais reafirmar que, na proposta apresentada aqui, é na articulação e complementaridade entre esses dois eixos que reside a singularidade do PCC e que nos permitiria compreensão mais adequada de suas conformações sociais, incluindo, os desafios postos às formas pelas quais o Estado tem atuado ao longo de todo esse tempo.

demonstrado capacidade de adaptação, resiliência e reconfiguração como resposta às ações estatais ou de seus adversários, razão pela qual apresenta longevidade e estabilidade raramente percebidas em outros grupos brasileiros com identidade e contornos próprios e em grupos criminais em geral. Não apenas a rede protagonizada pelo PCC se mantém e se amplia, como também há um processo social que garante a manutenção da unidade ou da unificação mesmo em contextos de conflitos e tensões internas ao grupo. Neste sentido, vale dizer que a despeito de diversos contextos de crises internas graves, expressas pelo elevado número de mortos, a unidade do PCC como coletividade criminal tem permanecido intocada nestes trinta anos de sua existência.

Além de pretender contribuir para a compreensão do PCC em uma perspectiva multidimensional que é constitutiva deste grupo criminal, através da conjunção entre os Eixos PCI e FCE e de seus efeitos práticos concretos, este texto pretende também contribuir para uma reflexão sobre a incapacidade estatal, em todos as esferas, níveis e poderes, de dar qualquer resposta aos desafios que têm sido produzidos no campo da segurança pública brasileira.

Neste sentido, é incontornável a necessidade de impulsionar uma reflexão sobre os efeitos da prisão e da política de encarceramento na conformação de redes que constituem dinâmicas criminais específicas a partir da articulação entre os atores dentro e fora das instituições prisionais (Dias; Ribeiro, 2019). A prisão brasileira funciona como máquina de tear, conectando os indivíduos que nelas entram e saem e por elas transitam, costurando e articulando o que era desarticulado e solto e, desta forma, produzindo esta malha cada vez mais extensa, mais densa e mais complexa (Dias, 2019). Neste sentido, a expressão “sistema prisional” que nunca foi bem aceita para designar o conjunto de instituições prisionais no Brasil – em razão da falta de padronização nos procedimentos, nas regras, no seu funcionamento etc. – talvez pudesse melhor caracterizar a malha que resultou desse tear e que num determinado momento adquiriu autonomia, dinâmica própria e independente, mantendo-se e reproduzindo-se através de processos próprios e específicos – um sistema criminal¹² cujo núcleo reside nas prisões.

¹² Em Dias (2020) pode ser encontrada uma teoria que sustenta a natureza sistêmica do PCC.

4. REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. “Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, set.-out. 2007, p. 7-29.

ALVAREZ, M. C.; SALLA, F.; DIAS, C. N. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. **Tempo Social**, 25(1), 2013, 61-82.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo, Terceiro Nome/Fapesp, 2010.

DIAS, Camila N. **PCC**: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo, Ed. Saraiva, 2013.

DIAS, Camila Nunes. Encarceramento em massa e a prisão como locus de organização da criminalidade. In: Maria Luiza Galle Lopedote; Daniela Sevegnani Mayorca; Dario de Negreiros; Marcela de Andrade Gomes. (Org.). **Corpos que sofrem**: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?. 1ed. São Paulo: Elefante, 2019, v. 1, p. 226-242.

DIAS, Camila; DIAS, Edgar. Notas contextuales acerca de la creciente presencia transnacional del grupo criminal brasileño Primer Comando de la Capital (PCC). **Aisthesis**, N. 70, 2021, pp 331-354. <https://doi.org/10.7764/70.15>

DIAS, Camila C.; LISBOA, Ruan. El orden carcelario construido por el PCC en São Paulo: un abordaje que articula la investigación tradicional y la reflexividad a partir de la vivencia personal. **Prisiones - Revista digital del Centro de Estudios de Ejecución Penal**, N. 3, V. 2, Buenos Aires, Enero – Junio 2023, pp. 47 -66.

DIAS, Camila; PAIVA, Luiz F. Facções prisionais em dois territórios fronteiriços. **Tempo Social**, 34 (2), 2022, pp. 217-238.

DIAS, Camila N.; RIBEIRO, Natália C. T. O deslocamento da prisão em três Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) e sua centralidade na conformação de redes criminais transnacionais. **Revista Brasileira de Sociologia**, V. 7, N.17, p. 98-124, Set.-Dez/2019.

DIAS, Edgar. **En el laberinto de Hermes**: El Primer Comando de La Capital bajo la perspectiva de Niklas Luhmann. Assunção: Tiempo de Historia, 2020.

FELTRAN, G. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo, Cia das Letras, 2018.

GAMBETTA, Diego. **La mafia siciliana**: El negocio de la protección privada. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

JOCENIR. **Diário de um detento**: O livro. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

LAMPE, Klaus von; JOHANSEN, Per Ole. Criminal networks and trust. *In: 3rd Annual Meeting of the European Society of Criminology*, Helsinki, Finlandy, 2003.

MANSO, Bruno P.; DIAS, Camila N. **A guerra** – A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

MUNIZ, Jaqueline; DIAS, Camila. Armed domains and their criminal governments: A non-phantasmic approach to “organized crime. **Revista Estudos Avançados**, v. 36, n. 105. São Paulo: USP, 2022.

PAIVA, Luiz F. 'Aqui não tem gangue, tem facção': as transformações sociais do crime em Fortaleza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, Jan./Abr. 2019a.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Oficina do CES**, n. 271, Coimbra, março/2007.

RUOTTI, Caren. **Pretensão de legitimidade no PCC**: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2016.

SHIMIZU, Bruno. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas**: um Estudo Criminológico à luz da Psicologia das massas. São Paulo: IBCCRIM, 2011.

TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da exceção**: Política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo. Curitiba, Juruá, 2009.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: Pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.